

Conferência de Imprensa

O processo de preparação e organização da Vª Convenção do MpD foi, muito cedo, marcado por situações, factos e circunstâncias, deliberadamente montados para impor ao Partido um candidato à sua liderança que assegurasse a substituição do actual Presidente, numa perspectiva de manutenção do poder e de preservação de um grupo de interesses constituído e bem identificado cujo projecto político se distanciou dos valores, princípios, bem como dos ideais que estiveram na origem da criação do MpD.

Tudo foi meticulosamente montado e executado de forma linear com o objectivo expresso de inviabilizar o surgimento de uma candidatura alternativa que constituísse ameaça ao grupo liderado pelo ainda Presidente do MpD.

A criação do cargo de Vice-Primeiro Ministro, no momento em que o Presidente comunicara ao Partido a sua intenção de se retirar da liderança do MpD e a realização de uma remodelação do Governo que resultou numa concentração de poderes nunca dantes vista no Cabo Verde independente, passando o Vice-Primeiro Ministro a assumir, de facto, a chefia do Governo foi e é um elemento da estratégia que tinha e tem como objectivo de, pela via da actividade governamental, instalar uma dinâmica em que o próximo líder surgia aos olhos dos militantes e da opinião pública como

candidato natural à sucessão do seu apoiante confesso – o Presidente do MpD.

A estratégia de entronização de um líder, à força, contra a vontade da maioria dos militantes e do eleitorado tornou-se, ainda mais visível, quando o Presidente do MpD anunciou, fora do país e sem nenhuma concertação com o partido, a sua decisão pública de não se recandidatar à liderança do MpD. Quase, em acto contínuo, o candidato do Presidente anunciava a sua disponibilidade. Recorde-se que o Presidente, confrontado por um número significativo de dirigentes com relação às vantagens que a nomeação conferiria ao contemplado pelo cargo num cenário de disputa de liderança, reconheceu a verdade dos argumentos desses dirigentes e assegurou, tanto à Comissão Política como à Direcção Nacional, que o Vice-Primeiro Ministro lhe tinha dado garantias, condição para o nomear no cargo, de que não era e não seria candidato.

Não totalmente satisfeito com a magnitude de poderes oferecidos ao Vice-Primeiro Ministro, o Presidente do MpD e 1º Ministro deixa-lhe campo aberto para se impor como “primeiro ministro de facto”, concedendo-lhe a liderança governamental, o protagonismo das iniciativas políticas, o aproveitamento sem limites dos resultados da acção governativa, enfim o controlo de tudo e de todos.

O comportamento e a atitude prática do Presidente do Partido foi de uma parcialidade que indignou os militantes e largos sectores da sociedade cabo-verdiana. O Presidente do MpD e o seu grupo indefectível, entenderam que a nossa candidatura tinha todas as chances de competir e ganhar o seu candidato face à aderência e simpatia dos militantes e da sociedade civil, respectivamente. Assim, em tempo de antena o Presidente do Partido, ordenou que interrompêssemos a apresentação da nossa candidatura com o claro objectivo de desmobilizar os militantes em relação à nossa candidatura. Tudo isto, depois do seu candidato ter apresentado a sua candidatura em todas regiões do país.

Depois de ter colocado, sem sucesso, todo o Governo, as Câmaras mais influentes do país ao serviço da sua candidatura preferida e protegida, o Presidente do Partido passou à execução da segunda fase da estratégia definida e que consistiu na eliminação de todos os elementos influentes da nossa candidatura da Comissão Política, a demissão do Governo de dois ministros e dois secretários de estado com a fundamentação de que esses governantes se transformaram em “ figuras proeminentes da oposição interna”, a retaliação exercida sobre dirigentes de serviços do Estado e de alguns institutos com o firme propósito de eliminarmos dos centros de decisão e de influência políticas, retirar a visibilidade pública da nossa candidatura e reduzir a nossa capacidade de movimentação no terreno. Isto é impedir que a nossa candidatura avançasse para que ficasse caminho livre

a um candidato único e oficial escolhido ^{pele} Presidente e levado ao colo por toda a estrutura do Partido e a máquina governamental.

Não tendo conseguido os objectivos pretendidos, passou-se à preparação fraudulenta de todo o processo da Convenção, através da manipulação interesseira dos estatutos, descaracterizando, por completo, o processo da Convenção, aproveitando-se dos delegados eleitos para outros fins sem nenhuma relação com a Convenção, impedindo uma grande maioria dos militantes de participar na definição do futuro do seu partido, eliminando dos cadernos eleitorais os militantes que apoiam a nossa candidatura com a fundamentação de que teriam feito campanha contra a os candidatos do MpD às autárquicas de Fevereiro; a realização de assembleias - fantasma para escolha de delegados às assembleias regionais, a redução após actos eleitorais fora de qualquer prazo de reclamação dos delegados eleitos pelas listas que apresentámos, a anulação das eleições lá onde os resultados eram desfavoráveis a candidatura oficial, a não realização de assembleias de núcleos em zonas onde a candidatura oficial não pôde apresentar listas. A manipulação e a fraude foram de tal gravidade que o processo de preparação da Convenção contou com três modalidades de eleição de delegados : 1 - eleições directas para as assembleias regionais não previstas nos estatutos que tanto defendem; 2 - eleições a partir dos núcleos de base para as assembleias regionais e 3 - eleições de delegados à Convenção a partir de assembleias constituídas,

oito meses antes da marcação da data da Convenção. De facto, só um interesse muito profundo, manifestamente contra os do Partido, justifica a determinação e o envolvimento directo e pessoal do Presidente em impor, à força, um candidato à sua sucessão.

Um processo que só se interessou pela eleição de delegados para garantir o quorum da Convenção que consagrará um candidato único, de costas voltadas para os militantes e para sociedade, durante o qual não se fez nenhum debate de ideias ou confrontação de projectos para o partido. É, sem dúvida, a Convenção mais pobre do MpD, reflexo do quanto a direcção actual afastou o MpD dos seus princípios e dos seus valores iniciais.

Mesmo com um processo, intencionalmente, viciado, de principio ao fim, com vista a fabricar os resultados antecipados da Convenção e assente numa estratégia que impediu a participação democrática de uma grande maioria de militantes e criou dificuldades de toda espécie e feitio lá onde a nossa vantagem no terreno era real, a nossa participação seria assegurada na Convenção e respeitaríamos qualquer que fosse o resultado se não houvesse desvios graves e irredutíveis no modo de gerir o partido que resultou na exclusão, de facto, na nossa sensibilidade do MpD.

Portanto a razão fundamental da nossa não comparência à Convenção é de natureza política e de princípio. Efectivamente, já não nos reconhecemos no MpD actual pela sua postura e prática autoritária, anti-democrática, arrogante e intolerante, pondo em causa tudo o que defendemos e propomos aos cabo-verdianos em 1991; constatamos a impossibilidade de uma co-habitação democrática e saudável entre as duas sensibilidades e desvios graves e insanáveis dos princípios da transparência e do primado da legalidade na gestão dos processos de privatizações e do património público. Efectivamente, o que sobrou do MpD de 1991 são práticas e atitudes autoritárias que não são produto de uma conjuntura, mas antes um conceito e um modo de gerir o partido. Essas práticas são, por outro lado, reflexos da necessidade de sobrevivência de um grupo de interesses constituído, que tudo faz para se conservar no poder, custe o que custar.

Para esse grupo que corporiza a Direcção actual do MpD, a via democrática de gestão do partido não compensa, pelo que recorre aos métodos que se tornaram caducos com a queda do muro de Berlim em 1989, nomeadamente : a eliminação política dos opositores internos de todas as estruturas dirigentes do partido e do Governo; o impedimento dos militantes de base se encontrarem com os dirigentes da chamada oposição interna para que seja passada apenas a mensagem oficial; a proibição da utilização da sede do Partido para o lançamento formal da nossa candidatura; a identificação dos militantes que apoiam a nossa candidatura

como inimigos do partido e desestabilizadores do país; a marginalização e desprezo pelas bases do partido no processo de escolha de candidatos às eleições autárquicas; a expulsão de deputados do grupo parlamentar pelo simples exercício do poder que detém em matéria de controlo dos actos do governo e da governação em geral, valendo-lhes os qualificativos de terroristas, inimigos do investimento externo e do desenvolvimento de cabo Verde; a censura e a manipulação dos órgãos de comunicação social do estado, num grave atentado à liberdade de imprensa e dos jornalistas, à democracia parlamentar e à actividade dos deputados.

A prática que acabamos de enumerar já é bastante conhecida dos militantes e dos cabo-verdianos em geral e, aparece de forma paradigmática no caso da venda da ENACOL onde ficou patente a falta de transparência na gestão dos processos de privatizações e na condução de alguns negócios do Estado, estando o Governo e o partido que o suporta na sua maior crise de sempre, arriscando-se a arrastar o país para uma crise moral sem precedentes. Considerando, ainda, que essas práticas constituem, hoje, um sistema interno ao MpD deixou de existir qualquer possibilidade de regeneração democrática do MpD, uma vez que o sistema assenta no pensamento oficial monolítico e no culto da personalidade do grande líder. A direcção actual do MpD matou toda e qualquer possibilidade de afirmação de sensibilidades ou tendências internas o que impede o

surgimento de alternativas de poder e de liderança de modo livre e democrático.

Porque consideramos que já não existem condições políticas que justifiquem a nossa permanência no MpD que fundámos e porque não há outro caminho senão o da plena assunção das consequências políticas dos nossos actos e do nosso posicionamento político, dentro e fora do MpD, perde qualquer significado e sentido político a nossa participação na Vª Convenção desse partido. Por outro lado, estamos convictos que a nossa participação na Convenção não seria útil ao MpD e tão-pouco à democracia cabo-verdiana.

Neste momento importante da nossa vida política individual e colectiva gostaríamos de manifestar o nosso mais vivo reconhecimento a todos os militantes que, acreditando que era possível o exercício da liberdade e da democracia no seio do MpD, apoiaram de forma convicta, firme, entusiasta a nossa candidatura. De igual modo, endereçamos a todos os cidadãos cabo-verdianos que, dos mais diversos quadrantes da vida política e social, manifestaram a sua simpatia e apoio à nossa candidatura. Estamos muito gratos e recompensados porque vale sempre a pena lutar pela liberdade, dignidade da pessoa humana e pela democracia.

Gostaríamos, também, neste preciso momento, tornar extensivo a todos os cabo-verdianos, num gesto de solidariedade, que partilhamos as

suas angústias, inquietações, indignação, desencanto e desilusão; mas não nos deixaremos resignar, pelo que estamos disponíveis e motivados, com a mesma determinação de 1989 para ajudarmos na construção de uma alternativa política de mudança séria, credível e mobilizadora das vontades, das energias e das capacidades nacionais que faça renascer a esperança e retemperar os ideais democráticos de 13 de Janeiro.

Por Cabo Verde e com os cabo-verdianos que já não se reconhecem nas formações políticas actuais existentes e os cidadãos sem partido ou sem actividade militante reafirmamos a nossa disponibilidade, com vista à construção de um PACTO RENOVADO DE MUDANÇAS reclamado de forma directa e explícita por toda a sociedade cabo-verdiana que assegure qualidade à nossa democracia e o seu constante aperfeiçoamento, a regeneração do património público, o reforço do papel do empresariado nacional, a edificação de um estado depositário de políticas públicas activas que garanta, de um lado, a coesão e a solidariedade e a consensualização de um modelo ou vias para a construção de uma economia de mercado mais adaptado às nossas condições, por outro.

Por tudo isso e, porque deixaram de existir as condições para a continuarmos a fazer parte do MpD que fundámos, sem ódio e sem rancor, termina, hoje, aqui e agora, uma militância activa, empenhada e responsável de dez anos ao serviço do MpD.